

**Cidades africanas em
6000 anos de africanos
construindo cidades:**

rupturas conceituais e paradigmáticas





Henrique Cunha Junior

PPG - AU/UFBA

Cidades africanas em 6000 anos de africanos construindo cidades: rupturas conceituais e paradigmáticas

Resumo

As disciplinas sobre cidades no ocidente determinaram um conjunto de elementos formais, temporais e conceituais que embora utilizados como parte da história universal, não são adequados para o estudo das cidades e do urbanismo africano. Partindo do pressuposto da inadequação dos referenciais ocidentais foi desenvolvida uma pesquisa para produção de uma formulação do urbanismo e da compreensão das cidades africanas num período de 6000 anos, vinculadas aos princípios societários africanos, tendo como base a filosofia e a religiosidade das sociedades africanas. O postulado de partida é a existência dos princípios societários e não o questionamento sobre a sua formulação. Do resultado da pesquisa foi produzida a proposta de disciplina sobre a formação das cidades africanas e do seu urbanismo apresentando uma exposição conceitual sobre as mesmas. Tal disciplina percorreu uma fase de consolidação e aprovação que culminou com a sua apresentação formal no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Neste artigo são apresentados o conjunto de elementos conceituais da supracitada disciplina e os fatos relativos à validação científica deste campo do conhecimento referente ao panafricanismo, destacando que a formulação produzida é autônoma com relação ao afrocentrismo e ao eurocentrismo. Portanto, não faz parte de nenhuma dessas duas grandes correntes do pensamento e sim propõe uma via alternativa.

Palavras-chaves: cidades africanas, urbanismo africano, ensino de arquitetura e urbanismo, metodologia do estudo de cidades africanas.

Ciudades africanas en 6000 años de africanos construyendo ciudades: rupturas conceptuales y paradigmáticas

Resumen

Las disciplinas sobre las ciudades en Occidente determinaron un conjunto de elementos formales, temporales y conceptuales que, aunque utilizados como parte de la historia universal, no son adecuados para el estudio de las ciudades africanas y el urbanismo. Suponiendo la insuficiencia de las referencias occidentales, se desarrolló una investigación para producir una formulación del urbanismo y la comprensión de las ciudades africanas durante un período de 6000 años, vinculado a los principios sociales africanos, basado en la filosofía y religiosidad de las sociedades africanas. El postulado de partida es la existencia de principios sociales y no el cuestionamiento sobre su formulación. A partir del resultado de la investigación se elaboró una propuesta de disciplina sobre la formación de las ciudades africanas y su urbanismo, presentando una exposición conceptual sobre las mismas. Esta disciplina pasó por una fase de consolidación y aprobación que culminó con su presentación formal en el Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Bahía. En este artículo se presenta el conjunto de elementos conceptuales de la referida disciplina y los hechos relacionados con la validación científica de este campo del conocimiento sobre el panafricanismo, destacando que la formulación producida es autónoma en relación al afrocentrismo y eurocentrismo. Por tanto, no forma parte de ninguna de estas dos grandes corrientes de pensamiento, sino que propone un camino alternativo.

Palabras clave: ciudades africanas, urbanismo africano, enseñar arquitectura y urbanismo, metodología para el estudio de ciudades africanas.

African cities in 6000 years of africans building cities: conceptual and paradigmatic breaches

Abstract

The disciplines about cities in the West have determined a set of formal, temporal and conceptual elements that, although used as part of universal history, are not suitable for the study of African cities and urbanism. Based on the assumption of inadequacy of Western references, a research was developed to produce a formulation of urbanism and an understanding of African cities over a period of 6000 years, linked to African societal principles, based on the philosophy and religiosity of African societies. The starting postulate is the existence of corporate principles and not the questioning of their formulation. From the result of the research, the proposal for a discipline on the formation of African cities and their urbanism was produced, presenting a conceptual exposition about them. This discipline went through a phase of consolidation and approval that culminated with its formal presentation in the postgraduate program in architecture and urbanism at the Federal University of Bahia. In this article, the set of conceptual elements of the aforementioned discipline and the facts related to the scientific validation of this field of knowledge regarding pan-Africanism are presented. Highlighting that the formulation produced is autonomous with respect to Afrocentrism and Eurocentrism. Therefore, it is not part of any of these two great currents of thought, but rather, it proposes an alternative way.

Keywords: African cities; African urbanism; teaching architecture and urbanism; methodology for the study of African cities.



A água e fogo andam juntos, constituem duas fontes inigualáveis de transformação da vida humana. O fogo é uma poderosa fonte de transformação para a vida humana. Da energia dele produzimos a nossa alimentação. Da mesma energia dele produzimos os instrumentos que melhoram as nossas vidas cotidianas. No entanto a mesma fonte de transformação pode ser destruidora se não controlada e utilizada sem critérios. Assim também são os conhecimentos científicos.

CUNHA JUNIOR, 1992.

Sobre o que tratamos no artigo

Neste artigo tratamos da consolidação de uma abordagem africana sobre as histórias das cidades africanas e do urbanismo africano. Este enfoque é pretendido como grande mudança de eixo conceitual e de metodologia com relação às abordagens tradicionais eurocêntricas dos cursos de arquitetura e urbanismo sobre a história das cidades. Trata-se de uma abordagem consolidada desde 2018 e que estamos apresentando-a em disciplinas de pós-graduação, graduação e de formação continuada sobre urbanismo africano com o enfoque de 6000 anos de contínua construção de cidades africanas. A abordagem da disciplina sobre urbanismo africano e cidades africanas é resultante de um longo percurso de pesquisa realizado entre 2005 e 2015.

A primeira apresentação dos resultados do longo percurso de pesquisa foi a realização da conferência de abertura do Seminário Salvador e Suas Cores, em 2017 (CUNHA JUNIOR, 2017). Seguiu-se a apresentação como disciplina de pós-graduação no programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) na

**L
A
J
E**

n. 1
p. 148-173
2022

ISSN: 2965-4904

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a produção de um capítulo do livro sobre "Tecnologias para o desenvolvimento social: Diálogos do Nides – UFRJ" (CUNHA JUNIOR, 2018). Também foram realizadas duas formações em programas de arquitetura e urbanismo, que ocorreram como disciplina isolada no curso da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), em Laguna – Santa Catarina (2019), e no curso da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos – São Paulo (2019). Em 2020 a disciplina passou a ser oferecida como disciplina regular dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) (CUNHA JUNIOR, 2020), então não mais como disciplina isolada e sim como parte da consolidação de um campo disciplinar específico sobre cidades africanas e cidades brasileiras de populações negras e culturas de base africana. Isto ocorreu dentro de um programa de pesquisa e estudos do Grupo EtniCidades, liderado pelo professor Fábio Velame.

É necessária a demarcação do percurso histórico da disciplina e dos programas de pós-graduação visto que constituem partes de uma ruptura no campo dos enfoques científicos tradicionais. No Brasil e na maioria das universidades do mundo ocidental de forma hegemônica, os programas de graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo e os de geografia urbana apresentam a história do urbanismo a partir de autores como o geógrafo inglês David Harvey (1980; 1993; 2005) e do filósofo francês Henry Lefebvre (1970) e a história das cidades por Leonardo Benevolo (2009), Aldo Rossi (1985), Italo Calvino (1994), Ebenezer Howard, (1946), Kevin Lynch (1982) e Jacques Le Goff (2000), ou seja, uma visão eurocêntrica e fortemente relacionada apenas com o urbanismo de parte da Europa e América do Norte. Nem o urbanismo e as cidades do norte europeu e da Rússia são tratados nas abordagens realizadas nas universidades do ocidente.

Este artigo apresenta as razões da ruptura conceitual e metodológica realizada, como o referencial conceitual elaborado e a organização empregada na disciplina. Explica que concorreram para a transformação realizada a formação panafricanista do autor, a sedimentação da filosofia africana, a edição da História Geral da África e as crises da hegemonia econômica e cultural da Europa.

Portanto, "Cidades africanas em 6000 anos de africanos construindo cidades: rupturas conceituais e paradigmáticas" é a apresentação da consolidação de uma disciplina com enfoque na complexidade sistêmica, dentro da perspectiva africana do termo, abordando o continente africano como um todo em 6000 anos de continuidade histórica, tendo como eixo conceitual organizador o conceito de africanidade de

Cheikh A. Diop (1955) e os mercados africanos como fonte da produção das cidades no continente africano. O pensamento filosófico de Theophilo Obenga é pano de fundo de todo o trabalho devido ao sentimento de pertencimento a uma unidade histórica por ele desenvolvido (OBENGA, 1990, 1985).



Começando pelas dificuldades conceituais do tema das cidades e do urbanismo

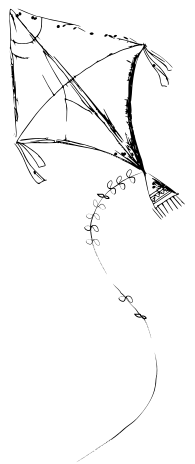
O modelo conceitual para produção da histórica das cidades e urbanismo africano posto em prática é de certa originalidade com relação aos modelos anteriores criados a partir da história africana. Lembramos que os modelos científicos são apenas interpretações da realidade baseadas num leque coerente e integrado de conceitos e produz uma abstração da realidade. O confronto da realidade com o modelo é que diz da qualidade e da importância do modelo. Os modelos científicos são, portanto, no nosso entendimento, uma simplificação da realidade através de um modelo de racionalidade interpretativo. O modelo elaborado para o estudo das cidades e do urbanismo africano numa perspectiva de 6000 anos apresenta como eixos conceituais a africanidade e os mercados africanos. A africanidade pensada como o conceito guia para uma integralidade territorial e para uma base comum dos diversos povos e nações africanas, do passado e do presente. Os mercados são importantes em razão de que na arqueologia das diversas sociedades africanas sempre encontramos os mercados como parte da gênese das vilas e cidades em todo o continente na antiguidade, no passado e na contemporaneidade.

O modelo científico posto em prática é o modelo de ciência empírica: parte da observação para a produção de conceitos e produz a síntese que permite a interpretação parcial da realidade. Não existe uma pretensão da explicação de toda a realidade e nem de todas as realidades africanas, é um modelo de ciência distante da universalidade científica cartesiana e da ciência como explicação da totalidade. Foi a produção de um modelo de ciência empírica em oposição à ciência teórica cartesiana, entendendo que o modelo cartesiano é fundamentado na lógica formal de apenas dois conjuntos exclusivos, sem nenhuma intersecção entre eles e especializada para uma única disciplina, isolada das demais. Pensando que a racionalidade científica ocidental não abarca todas as racionalidades, prevê um modelo de acesso ao conhecimento partindo apenas e exclusivamente da racionalidade teórica para a prática como aplicação. Estabelece o modelo de ciência iniciando o trabalho de investigação sempre

da teoria para a prática. No nosso modelo de abstração, produzido para produção da história das cidades e do urbanismo africano, o conhecimento recebeu um enfoque particular empírico e pragmático, sendo que o conhecimento no modelo elaborado por nós é definido como tudo que produz explicação útil da realidade. São, assim, indiferentes as noções de conhecimentos científicos ou não científicos. Entretanto, tendo como referência que na história do ocidente grandes inovações como a máquina a vapor, a eletricidade, o eletromagnetismo e a aviação são invenções produzidas por pessoas sem formação acadêmica, portanto não se tratam de resultados de teorias científicas e das aplicações práticas deles. São resultados empíricos importantes que fugiram à lógica da ciência cartesiana.

Na produção da história das cidades africanas e do urbanismo africano, tendo como ponto de partida o conceito de africanidade (DIOP, 1955), podemos remeter a um conjunto de críticas e usos do conceito (AMSELLE, 1990), (FAUVELLE, 1998), (FOUÉRE, 2006) dos quais não estamos alheios e procuramos evitá-los. Cheikh A. Diop (1955) em seus estudos apenas demonstrou que várias sociedades africanas possuem ligações históricas e ontológicas com as civilizações do rio Nilo. Deste fato das relações históricas existentes ocorreu a dedução que as sociedades africanas possuem um gênese na matriz cultural da antiguidade civilizatória das sociedades do rio Nilo, aqui tomando Egito, Núbia e Etiópia como referência territorial e geográfica. A "Matriz de Gênese", que já implicava numa diversidade de relações comerciais com a Ásia, pensando na história arqueológica do Egito pré-dinástico, é processada ao longo dos tempos históricos e dos espaços geográficos africanos, produzindo a diversidade de culturas, povos e sociedades, isto é, a unidade na diversidade como forma explicativa das continuidades e descontinuidades históricas. Não estamos tomando a africanidade como conceito explicativo da tradição cultural e nem da identidade cultural do continente africano. Também estamos distantes das ideias do afrocentrismo (FAUVELLE, 1998). Negamos o afrocentrismo e consideramos a produção dos territórios africanos como consequência de intercâmbios comerciais com os continentes asiático e europeu (BERNAL, 1987).

A proposição da formação das vilas e cidades com base nas relações de trocas comerciais implica no reconhecimento das mudanças tecnológicas endógenas e exógenas ao continente africano e o acompanhamento das rotas da tecnologia. Tecnologias tais como a das criações de gado caprino, bovino e de camelos e as utilizações destes como produtores de leite e de carne e demais derivados; do emprego da força motriz animal; ou das tecnologias dos óleos da mamona e do dendê; ou ainda das



tecnologias do ferro e do aço. Estas tecnologias produzem intercâmbios comerciais variados e impactam mesmo as construções das filosofias africanas e da cosmologia das religiões africanas (CUNHA JUNIOR, 2010; 2015). Portanto, é significativo afirmar a nossa constante oposição tanto ao afrocentrismo como ao eurocentrismo sem, contudo, produzir um estudo no caminho do Orientalismo de Edward W. Said (1980).

Na empreitada de pensar e produzir uma abordagem de base africana da história das cidades e do urbanismo africano, em um continuum de 6000 anos, a História Geral da África exerce um papel fundamental de ruptura de tudo que precedeu na produção histórica. Servindo de bússola, permitiu uma navegação original e específica sobre alguns dos aspectos específicos da história do continente africano, a arquitetura, o urbanismo e as produções tecnológicas e econômicas. A produção da História Geral da África é revolucionária na perspectiva da produção da imagem consensual sobre as transformações ocorridas nos territórios africanos desde a pré-história até a história atual. A condição de bússola é inseparável do que foi produzido, visto que não importa onde estejamos pesquisando, seja no terreno tecnológico, seja na área do comércio e das economias de escala, seja na área da política e da constituição dos estados africanos, ela sempre norteia o sentido da produção do pensado. Sendo que a noção explícita é nortear, devido ao fato do polo magnético da terra ser o polo norte, toda referência geográfica de navegação implica neste conhecimento. Lembramos que não foi construído nenhum aparelho de orientação que aponte o pólo norte e que mesmo no passado da história islâmica, com o mapa mundi produzido de forma invertida aos atuais, o norte das orientações da bússola foram mantidas (DEVEAUX, 2019).

No mesmo sentido da importância da História Geral da África, consideramos a filosofia africana e as religiões africanas como norteadores dos trabalhos. As sociedades africanas são de profunda religiosidade e imprimem a religiosidade na produção dos espaços urbanos, na concepção das cidades (CUNHA JUNIOR, 2020, 2020-1), considerando o cristianismo copta-etíope e o islamismo como religiões desenvolvidas no continente africano. Como síntese deste tópico sobre os conceitos temos que a proposição realizada sobre a história das cidades e do urbanismo africano é assentada no conceito de africanidade e na história dos mercados africanos, sendo subsidiada pela História Geral da África, pela história das tecnologias africanas e pelas filosofias e religiões africanas.



Superando o eurocentrismo e o brancocentrismo brasileiro

Embora a construção conceitual realizada para a disciplina da história das cidades africanas não seja a produção de uma oposição ao eurocentrismo, exigiu posicionamentos epistemológicos com relação às linhas dominantes do pensamento intelectual brasileiro. Isto devido a ser persistente o exercício da hegemonia do eurocentrismo e do brancocentrismo brasileiro que reproduzem uma constante eliminação da diversidade de correntes de pensamento e as constantes oposições à difusão do conhecimento africano. Embora a solicitação pela implantação das disciplinas sobre história africana e dos afrodescendentes seja uma demanda histórica dos movimentos negros, a efetivação desta encontrou forte oposição nas universidades brasileiras, da mesma forma que demais proposições de disciplinas relacionadas com estas temáticas.

O brancocentrismo brasileiro é uma posição ideológica que tem como eixo a discussão da mestiçagem na versão do denominado clássico sobre a cultura e pensamento brasileiro que é o livro *Casa Grande e Senzala* (MUNANGA, 1999; CUNHA JUNIOR, 2013). A consolidação e a difusão da ideologia da mestiçagem nascem num período de culto ao racismo científico antinegro e à eugenia. Ambos são processos de pensamento que produzem a invisibilidade ou negação das culturas africanas e das contribuições africanas na produção da história do Brasil. São ainda parte de um pensamento retrógrado e racista que considera o continente africano culturalmente atrasado em relação ao europeu. Como o continente africano é a origem das culturas negras, estas também são tratadas como atrasadas e sem importância para a civilização brasileira. A manutenção dessa premissa da inferioridade cultural é um dos eixos do brancocentrismo brasileiro e, portanto, a base de formulação de negação da propriedade de uma disciplina sobre a arquitetura e o urbanismo africano. O brancocentrismo brasileiro se completa com o eurocentrismo perfazendo uma dupla oposição ideológica em relação à africanidade.

São importantes na discussão do eurocentrismo e das oposições que este produziu à africanidade os livros de Martin Bernal (1987) e de Walter Rodney (1974). Martin Bernal é relevante por caracterizar a cultura ocidental como uma farsa ideológica e Walter Rodney por postular como o europeu subdesenvolveu a África e explicar o fosso tecnológico que se estabeleceu entre a produção africana e a europeia.



A especificidade da história africana foi utilizada como contraponto à história universal. Humanismo e socialismo científicos trabalham com a formulação da universalidade do pensamento. A universalidade implica em abarcar a história do mundo, mas que não é realmente uma história com essa amplitude, sendo apenas a história europeia, que, pensada como da humanidade, apenas reproduz os processos de dominação do eurocentrismo. Formam um conjunto ideológico eurocêntrico que tem como base a filosofia grega, sem uma crítica sobre a existência da filosofia grega e de como ela é apresentada, como sendo a filosofia desconsiderando as demais filosofias. A filosofia grega, na realidade, é um desenvolvimento da filosofia do Egito (BERNAL, 1987). Consideramos a universalidade da filosofia grega e a forma como ela é difundida como uma ideologia organizada para iludir os leitores incautos da atualidade. A história da suposta magna Grécia é obscura e mistura dentro dos manuais difundidos no ocidente a história da Macedônia à da Turquia (antes denominada Jônia, de filósofos Jônicos) e à da Grécia, como se tudo tivesse sido grego. Incluem parte da história do Egito, na cidade de Alexandria, como se fizesse parte da Grécia. Fazem uma confusão proposital em pensar que houve uma colonização grega no Egito, que o período ptolomaico do Egito foi de uma colônia grega. Entretanto, o Egito nunca foi colônia grega. Para verificação dos fatos históricos basta procurar quando é que os gregos invadiram o Egito e não vão encontrar. Vão encontrar que Alexandre Magno, que é da Macedônia e não Grécia, invadiu o Egito, derrotando os persas, que tinham dominado o Egito. Enfim não houve colonização grega, pode ter havido colonização dos macedônios e com eles vieram às influências gregas, pois eram povos vizinhos e os macedônios dominaram a Grécia (CLIMACO, 2013).

Pensadores e intelectuais muito preparados muitas vezes são ingênuos sobre a amplitude do fenômeno humano e pensam que uma só teoria, um só modelo teórico e as referências sociais vindas dele podem compreender e espelhar todo mundo, toda a humanidade, em todas as épocas e em todos os territórios habitados pelos seres humanos. A unificação das áreas científicas em torno de uma teoria é um dos problemas da física. A física toda conhecida não cabe em uma só teoria. O mesmo acontece para as diversas disciplinas do conhecimento humano e suponho que também para as disciplinas das denominadas ciências humanas. Penso que a unificação do pensamento humano em torno de uma ciência é impossível, pois representa a unificação das bases filosóficas, das histórias e dos valores humanos, das nossas particularidades e especificidades. Decorrente desta visão é que trabalhamos com o pressuposto da especificidade das histórias das populações em todos os continentes. Reconhecemos que a questão do tratamento das especificidades históricas incorrem em dois

problemas: a eliminação do determinismo histórico e a possibilidade da construção de uma etnização da história ou da exacerbação das identidades.



A produção de alguns conceitos assessores

Os conceitos de ruralidade e urbanidade definem quando os assentamentos populacionais africanos tornaram-se vilas e cidades. As populações africanas, mesmo rurais, se organizavam em agrupamentos populacionais com poucas atividades de trabalhos artesanais e de processamento dos produtos. Assim, estes agrupamentos foram inicialmente de características rurais. No desenvolvimento histórico da comunidade rural passaram a existir atividades de comércio e a ruralidade concorre com a urbanidade, com atividades de trabalho desligadas da agricultura, pesca e criação de animais. Dessa forma, as origens das cidades africanas diferem em parte das origens das cidades asiáticas, americanas e europeias.

Utilizamos da filosofia Bantu para a inserção dos conceitos de complexidade sistêmica na base de conhecimentos sobre as cidades (CUNHA JUNIOR, 2010). A filosofia Bantu foi explicada pela análise das línguas Bantus, faladas nas regiões centrais e do sul do continente africano. Nelas tudo que existe tem uma parcela da energia denominada como Ntu e nas suas diversas formas estão em constante interação, sendo que as línguas apresentam quatro grandes categorias de elementos e duas categorias de transformação desses (CUNHA JUNIOR, 2010). As quatro categorias podem ser explicadas a partir do NTU. NTU é a força do universo, que sempre ocorre ligada à sua manifestação em alguma coisa existente no campo material ou do simbólico ou do espiritual, nomeados nas formas de muntu, kintu, hantu e kuntu. Muntu é referente aos seres humanos e à cultura desenvolvida pela humanidade - os seres que possuem fala, sendo que os tambores também falam a fala dos ancestrais. Kintu são os seres não dotados de fala. KUNTU é uma modalidade que abriga qualidades subjetivas e modificadoras de outras qualidades. A inteligência é uma propriedade classificada como Kuntu. A inteligência é um atributo humano que compõe outro conceito complexo que é vida da inteligência. HANTU é a categoria classificatória de lugares. Temos que no pensamento africano um lugar é definido com relação a um tempo. A categoria espaço - tempo forma um binômio produzido pela classificação em Hantu. As palavras ligadas aos pontos cardeais, aos espaços geográficos ou às descrições do tipo mapas estão presentes nesta categoria como também ontem, hoje

e amanhã. Manhã, tarde, entardecer, noite e amanhecer. Hantu é a qualidade de energia da localização espacial, temporal e do movimento de mudanças. O NTU, embora não exista por si próprio, transforma tudo que existe com elementos tendo uma mesma natureza em comum. Tudo tem o seu NTU. O NTU não expressa a força da natureza em si, mas a sua existência. Importante que Deus é a única categoria à parte que não tem necessidade de se expressar pelo NTU. O Deus é único e não é um NTU, mas os ancestrais e Inquices são parte de um dado NTU. O NTU é uma expressão de energia. Tudo é composto da combinação ou de transformações da energia em qualidades diversas. Cada categoria tem um NTU em determinada qualidade ou modalidades.

Produzimos para os mercados e as cidades também categorias semelhantes e procuramos entender suas interações na produção das cidades. Os sujeitos pertencentes ao sistema cidade que são colocados em análise são interpretados, nas nossas abstrações de sujeitos pesquisadores, pelas categorias: as populações presentes numa região; os produtos e sua importância temporal; as tecnologias de transformação; as distâncias das redes do mercado; e as organizações de transporte. Para a aquisição dos conhecimentos foi muito importante o estudo das tecnologias, as análises arqueológicas, as reconstruções em 3D das cidades, modos de vida e o cinema-documentário - com as séries históricas como as das BBC de Londres dirigidas pelo professor Ali Mazrui (1986).

Para abordar os sistemas dentro da teoria do caos se impôs a necessidade de elaborar modelos que romperam com a fórmula cartesiana de dois conjuntos e foram formalizados princípios da complexidade sistêmica nas ciências ocidentais (PRIGOGINE, 1996). No entanto dentro dos nossos estudos vimos que os mesmos princípios da complexidade sistêmica já estavam nas filosofias africanas e que eles aparecem nas artes, sendo que livro de Mbog Bassong, "Esthetica da L'art Africain: Symbolique et Complexité" (Estética da Arte Africana: Simbolismo e complexidade) (BASSONG, 2007), faz uma excelente introdução a essa temática. Da mesma forma a complexidade também faz parte das religiões de matriz africana na qualidade de herdeiras dos conhecimentos das civilizações do Rio Nilo, a exemplo da religião iniciática sobre os Inquices, conhecida como Candomblé Bantu ou Candomblé de Caboclo, que revela uma compreensão da dinâmica complexa dos sistemas: a vida como sistema. É iniciática devido a não ser apenas uma questão de fé, mas de entendimento, aprendizado e compromisso, compromisso com a vida, com a harmonia social, com a qualidade da vida e com a preservação da vida (BASSON, 2007). É complexa porque lida com a dinâmica das energias dos seres visíveis e invisíveis, o real e o imaginário, o presente

e o ausente, o ser físico e o ser espírito, com o animal, o vegetal e o mineral contidos em todos os seres. Isto tudo considerando as interações mútuas, o que pode ser interpretado na ciência ocidental moderna da engenharia de sistema como realimentação (feedback). A religião africana explica a necessidade da compreensão da integração das diferentes ordens do universo no qual estamos inseridos e do qual cada um faz parte e tem responsabilidade com a harmonia geral.

A disciplina por nós criada faz um intensivo uso dos planos urbanos das cidades em todo o continente africano e também dos mapas e informações geográficas. A geografia contribui nos seus diversos aspectos: (1) Geografia Urbana: o crescimento temporal das cidades, as aglomerações urbanas e as inter-relações hierárquicas dos espaços; (2) Geomorfologia: as formações geológicas, os relevos e suas dinâmicas; (3) Geografia Climatológica: os climas e as transformações do clima ao longo do tempo e os impactos nas sociedades; (4) Hidrogeografia: a dinâmica das bacias fluviais, os portos e as redes de navegação; (5) Geografia Agrária: as produções e as transformações do uso do solo, as relações comerciais e sociais que interferem e modificam as relações entre campo e cidade; (6) Geografia das Populações e as demográficas: as condições de vida das populações; e (7) a cartografia.



A produção da história das cidades e do urbanismo africano em quatro tempos

As nossas observações empíricas e os questionamentos que levaram ao estudo mais aprofundado das cidades africanas ocorreram na década de 1990 dentro do programa de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, mais especificamente na área de Estruturas Ambientais Urbanas, quando da tese de doutoramento de Marizilda dos Santos Menezes (MENEZES, 1998), e no seguimento deste processo de trabalho no estudo de geometrias fractais e o emprego desta na produção do urbanismo africano (MENEZES; CUNHA JUNIOR, 2003). Um primeiro passo foi a observação das casas de fazendas construídas por escravizados africanos no Brasil, que apesar de existirem há mais de 200 anos apresentavam inovações que no ocidente ficaram importantes somente com o advento da arquitetura modernista. No modernismo a grande inovação foi a separação da estrutura do edifício do seu fechamento, ou seja, das paredes. Em Minas Gerais e em Mato Grosso algumas construções em taipa das casas de fazenda de dois pavimentos tinham a estrutura em madeira dura (colunas e vigas) sendo o fechamento em taipa, fato que não foi evidenciado e

nem explorado pelos estudos sobre arquitetura colonial brasileira. O segundo passo foi o estudo das arquiteturas e formas urbanas africanas, com grande interesse nas formas com geometrias fractais que apareceram apenas na história africana. A história das construções africanas levou à necessidade de repensar conceitos e mesmo a revisão dos períodos históricos da história "universal".

O período da idade média, considerado de "pouca iluminação" ou a idade das trevas, na história ocidental, foi justamente um período de grande vigor e desenvolvimento das cidades africanas e dos impérios africanos (ABU-LUGHOD, 1989). Já o período denominado de iluminismo e de criação das ciências no ocidente é justamente o período de destruição das sociedades e culturas africanas pelas invasões do Império Otomano e depois das potências imperialistas europeias (RODNEY, 1974). Em consequência dessas observações, repensamos os períodos em quatro grandes grupos assim denominados: urbanismo da antiguidade das civilizações do vale do rio Nilo (compreendendo 4000 anos de história antes da era cristã); urbanismo da era do mercantilismo africano (séculos do 1 ao 15); a era da catástrofe africana (Séculos 16 ao 20); a era do renascimento africano (os tempos atuais). Em seguida tratamos desses quatro períodos, apresentando os conteúdos da ementa da disciplina (CUNHA JUNIOR, 2019), sendo que o detalhamento bibliográfico se encontra contido nas ementas protocoladas no sistema da Universidade Federal da Bahia.

→ **A era da antiguidade africana: urbanismo e cidades nas civilizações do rio Nilo**

A nossa história percorre de início pelas fontes arqueológicas que demonstram a organização de sistemas de produção agrícola e pesqueiros nas regiões do rio Nilo, a organização de estados no baixo e alto Nilo e região da Núbia e organização dos primeiros núcleos urbanos. Os fatos históricos melhor documentados abrangem o período entre 4000 a 3000 anos antes da era cristã na organização de reinos do alto e baixo Nilo, que se unificaram formando o antigo Egito.

No percurso do Egito destacamos o estudo das cidades do baixo Egito, na região do delta do Nilo, onde o rio deságua no Mediterrâneo. As principais cidades históricas foram Memphis, Alexandria, Hermopolis, Giza, Esna (Letopolis), Busiris, Avaris, Crocodilopolis, Tanis, Leontopolis, Sais, Bubastis e Heliopolis. Na região sul do Egito se encontra a parte do rio Nilo denominada como alto Nilo e suas principais cidades

foram Tebas, Abydos, Thinis, Khmun (Hermopolis), Dendera, Hierakonpolis, Koptos, Edfu, Elephantine e Aswan. Tebas, conhecida pelos antigos egípcios como Waset, era uma antiga cidade egípcia localizada a leste do Nilo e a cerca de 800 quilômetros ao sul do Mediterrâneo. Na abordagem realizada, o Egito tem grande destaque pelas questões da escrita, da filosofia e da matemática (CUNHA JUNIOR, 2017). A filosofia é introduzida com referências ao conceito de Maat e ao filósofo Ptahhotep. A sociedade egípcia antiga é a sociedade do Maat que é representada por uma deusa que inspira os projetos de artes, construções e cidades. O conceito de Maat implica no equilíbrio do universo. Sendo que esse equilíbrio do universo inspira a necessidade de equilíbrio das ações humanas. Elabora uma hermenêutica do bem viver em sociedade onde figuram os conceitos de equilíbrio, verdade e justiça social (SANTOS; CUNHA JUNIOR, 2021). O filósofo Ptahhotep é, possivelmente, o mais antigo da história da humanidade. Ele escreveu um conjunto de máximas éticas baseadas no Maat, que se encontram em um dos papiros que está conservado até os dias de hoje na Biblioteca Nacional da França, em Paris. Ptahhotep foi um vizir, um conselheiro do Faraó e viveu entre os séculos 25 e 24 antes da era cristã. Na disciplina de Urbanismo Africano é apresentado o primeiro arquiteto egípcio conhecido na história: Imhotep, que viveu no terceiro milênio antes de Cristo (2655-2600 a.C.) e que foi quem arquitetou a pirâmide de Sacara, considerada a primeira pirâmide do Egito. Essa pirâmide era diferente das mais conhecidas, pois era em andares, com seis enormes degraus, com uma altura de aproximadamente 62 metros. Formada por degraus, era como mastabas empilhadas, ou seja, patamares de pedra ou de argila. O nome mastaba veio do árabe, que por sua vez veio do aramaico (misubb). As origens dos nomes em aramaico representam grande importância no estudo porque conecta o Egito à Etiópia e às origens judaicas da Etiópia (BEZERRA, 2012).



A região da Núbia, atual Sudão, entrou para a história da humanidade principalmente pela produção da metalurgia e do ouro na antiguidade. A região foi produtora e exportadora de cobre, ferro e ouro. O reino Kush é o marco mais importante dessa região na história antiga. As principais cidades históricas núbias foram: (1) Chenem-Waset (Amara Oeste), que até o presente guarda o mesmo nome e que durante o domínio Kush foi sede da administração e de um senado; (2) Iken (Mirgissa), uma das cidades mais antigas que a história conhece que existiu desde 4500 anos antes da nossa era; (3) Buhen, que guarda na atualidade o nome antigo e aparece na história em 3000 anos antes da era cristã, sendo uma cidade industrial de produção de cobre na antiguidade e era uma cidade fortificada; (4) Napata, cidade Kush, próxima à quarta catarata do Rio Nilo, foi durante muito tempo uma cidade-estado e depois incorporada

aos estados da região. A fundação da cidade é atribuída aos egípcios, considerada na história como o período de reunificação entre a Núbia e o Egito (1060-750 antes de Cristo), tornando-se depois uma cidade independente (DAFAALLA, 1992).

A região da Etiópia e reino etíope é tratada principalmente pelo grande papel econômico e cultural que exerceu sobre as regiões africanas durante a transição entre o período de grande importância das civilizações do rio Nilo, a antiguidade e a era do mercantilismo africano, que trataremos a seguir.

→ **A era do mercantilismo africano**

A "Era do Mercantilismo Africano," considerando um intervalo temporal de aproximadamente 500 anos antes da era cristã a 1500 desta era, transcorreu um período de 2000 anos de história de intensa expansão populacional, econômica e tecnológica das sociedades africanas. A expansão populacional foi resultado do crescimento das disponibilidades de alimentação, devido ao aperfeiçoamento da criação de animais e da agricultura, do emprego de novas técnicas de irrigação e da conquista de novas terras. As tecnologias do ferro e da metalurgia africana foram uma das bases dessa expansão, pois propiciou novos instrumentos agrícolas. O aperfeiçoamento das navegações e a utilização dos camelos importados da Ásia produziram uma grande dinâmica econômica dos mercados e portos africanos.

A era do mercantilismo africano foi também marcante pela consolidação de uma imensa rede de comércio global com fortíssima participação de africanos através da gerência de grandes reinos e de cidades-estado mercantilistas. A globalização econômica é um fenômeno antigo e fortemente desenvolvido naquele período. Um dos marcos do mercantilismo e da globalização através de grandes viagens intercontinentais foi intensamente promovido devido à náutica chinesa, pois imensos navios chineses (navios com mais de 100 metros de comprimento) cruzaram os mares das Américas até a Oceania. Inclusive, no século XV, os chineses apresentavam mapas-múndi incluindo as Américas, África, Ásia e Europa com grande grau de detalhamento. Da mesma forma que islâmicos e africanos apresentaram mapas contendo as Américas, há evidências de que os africanos nesse período cruzavam o Oceano Atlântico e estabeleciam bases de trocas comerciais nas Américas (SERTIMAN, 1977). Os mapas islâmicos que circulavam no continente africano também já apresentavam o Brasil antes das viagens de Colombo às Américas e de Cabral ao Brasil. Nesse período houve

um grande desenvolvimento da náutica africana de comércio e do estabelecimento de grandes redes comerciais africanas no Oceano Índico.

Para efeito do estudo do urbanismo e da produção das cidades, esse período do mercantilismo africano (500 aC. a 1500), ficou organizado em quatro grandes núcleos geográficos assim denominados: (1) África Ocidental, na região do Níger; (2) África Oriental Norte, nas regiões da Etiópia e Chifre da África; (3) África Central, na região do rio Congo; e (4) África da região "Swuarilis" do Oceano Índico. Ainda neste período surgiram grandes estados e conectou-se às redes dos grandes estados um conjunto amplo de cidades mercantis independentes, as quais podemos classificar como cidades - estado: são as cidades "Swuarilis" do litoral do Oceano Índico e as cidades das regiões da atual Nigéria. Também, certo número de cidades desempenhou importante função comercial na região da África do Norte e do Mediterrâneo. Destaca-se, neste grande sistema comercial, o comércio das caravanas através do Sahara, tendo como consequência a fixação de população e a criação de cidades pela região considerada desértica. Esses conjuntos de cidades representam também os conjuntos de técnicas construtivas e de organização do espaço urbano (CUNHA JUNIOR, 2018).



→ **A era da catástrofe africana**

Do século XV em diante ocorreram duas grandes invasões destruidoras, de dominação internacional, sobre o continente africano, a saber: as invasões pelo império turco e pelo império europeu. O império turco, conhecido também como império otomano, foi fundado no final do século XIII, na região noroeste da Anatólia, na cidade de Söğüt na atual Turquia. Depois de 1354, os turcos conquistaram parte da Europa, até os Bálcãs e constituíram um império transcontinental. Os otomanos derrotaram o Império Bizantino com a conquista de Constantinopla em 1453 e também ocuparam boa parte da região do rio Nilo e do norte africano. As invasões turcas duraram até a entrada do século XX. As regiões do Atlântico e do Índico sofreram as invasões da expansão europeia que foi iniciada no século XV, tendo como marco a expulsão dos mouros da Península Ibérica em 1492 e provocou mais de 4 séculos de lutas pela dominação do continente africano, impondo-se definitivamente no século XIX, através do tratado europeu de Berlim, de 1885. As potências econômicas e militares europeias realizaram as invasões militares do continente africano e com o tratado de Berlim, estabelecido apenas entres essas potências, oficializaram a repartição política do continente como colônias europeias (BITTENCOURT, 2003).

As invasões foram de destruição e pilhagem do continente e de dominação sobre as rotas internacionais de comércio exploradas pelos africanos. As dominações formaram dois grandes processos, cujas implantações duraram também mais de 4 séculos, modificando sistematicamente a vida no interior do continente e resultando em várias consequências sociais, como a implantação do islamismo e do cristianismo sobre a maior parte do continente. As invasões turcas promoveram o início da exploração de comércio de seres humanos para os sistemas escravistas europeus. Antes, a Europa e a Ásia escravizavam os povos nórdicos europeus, denominados na Europa como bárbaros: os escravos eram os povos eslavos. As invasões europeias exploraram os produtos comerciais africanos e ampliaram o comércio de seres humanos para o escravismo criminoso nas Américas (MOUAK, 2004; ROTMAN, 2009).

A arquitetura da era das catástrofes e da destruição africana iniciou-se com a construção de grandes fortalezas europeias e com a instalação de cidades portuárias ao longo do Oceano Atlântico. Pelo menos 47 grandes fortalezas foram construídas pelos europeus na costa africana. No interior do continente intensificou-se o fenômeno urbano da destruição de cidades importantes (pelo menos 100 cidades desapareceram) e fortaleceram-se os fenômenos das cidades protegidas por muralhas para resguardar a população contra os saques escravistas. Houve um paulatino decréscimo da população africana, além da destruição de muitas rotas de comércio ou o controle delas pelos povos invasores que controlavam as regiões de término das rotas. Entretanto, muitas regiões do interior do continente mantiveram cidades importantes, reinos com grande poder político e econômico e até mesmo importantes sistemas comerciais (WALKER, 2011; HULL, 1977).

Como observamos, foram quatro séculos com duas grandes frentes de luta. Ao longo dos tempos históricos os europeus superaram belicamente os turcos e ocuparam as regiões do norte africano e da Ásia, anteriormente dominada pelo império otomano. A era da catástrofe africana tem o seu encerramento pelas lutas de libertação dos povos africanos e pela reorganização dos estados africanos na sua atual configuração dos territórios e cidades africanas.

→ **A era da renascença africana**

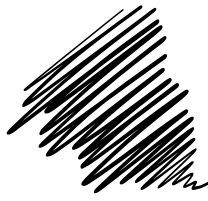
Na atualidade o modelo de análise das cidades africanas pode ser pensando na linha de Ali Mazrui (1986), como a conciliação e os conflitos de uma herança triplíce: das sociedades tradicionais fortíssimas nas regiões agrárias, da herança islâmica e

da herança das invasões e da dominação europeia, principalmente nas regiões das grandes cidades portuárias.

Na produção do novo urbanismo africano e na produção das cidades africanas existe a utopia da renascença africana, isto é, uma reconstrução: construir sobre novas bases, edificar com novos modelos, considerar no planejamento o capital patrimonial envolvido e que não pode apenas ser demolido. São discursos que estão em pauta entre os países africanos com poucas definições consistentes do que significam. Os séculos XX e XXI ficarão na história africana como uma época de transição entre os governos das agressões diretas e concretas dos países europeus sobre a totalidade de África – continente – e os governos das nações africanas pelos interesses africanos. Esse período consiste em uma transição demorada de um processo difícil e doloroso de ajustes sociais, políticos, culturais e econômicos, dentro dos quais a urbanização será o traço mais preponderante e definidor das condições de vida da população. Embora as 56 nações apresentem problemas em escalas urbanas diferentes e que todas tenham histórias variadas ou traços em comum que são reais, a principal característica são os modelos de dominação e de gestão dos territórios impostos pelos europeus e norte-americanos, cuja manutenção na atualidade gera dificuldades de várias ordens, como as desigualdades sociais, as segregações espaciais e a falta dos conhecimentos africanos do passado (NJOH, 2009; AMMANN, FÖRSTER, 2018).

A realidade africana impõe a necessidade de uma autonomia em relação aos países europeus e a definição das políticas internas levando em conta as histórias das populações, suas imensas diferenças sociais e culturais e suas necessidades. A história não se apaga com a modernização, com a mundialização das economias ou com as modificações e fragmentações das identidades, ela permanece de formas ocultas, fica como uma lágrima dura, que dura e corta o tempo como um estilhaço de vidro. Podemos constatar que as mudanças que os governos impõem às populações não funcionam, não alteram a realidade, resultam em fracassos, projetos que são abandonados e se caracterizam como fiascos sociais e econômicos, como investimentos e tempos perdidos e o pior: como sofrimentos desnecessários e desmedidos das populações pobres. Apenas os governos acreditam que estão mudando as sociedades superando a realidade demarcada pela história. Fazem remoções de favelas que apenas mudam problemas de lugares ou reorganizam mercados públicos com base nas teorias europeias e não nas bases da organização da população africana, mas os mercados não funcionam. São realidades que se processaram em um longo período histórico, de séculos, sendo que as análises sobre elas são feitas apenas sobre o





presente e com base num desejo de mudanças, sem levar em conta todos os atores sociais e todos os condicionantes da história.

A democracia se configura como um problema mais profundo do que as eleições livres. As eleições implantam governos que mantêm os mesmos acordos econômicos do passado com os bancos mundiais e as mesmas formas de investimentos nas economias, sendo que as mudanças sociais necessárias ficam inviáveis. Também o tempo e as experiências baseados em modelos de democracias ocidentais vão demonstrando que não se trata apenas de um problema de governabilidade, de opções políticas, de estar hoje com um grupo, amanhã com outro de maior interesse político e econômico. Muitos governos estiveram na esfera dos países socialistas, muitos do capitalismo europeu, do capitalismo norte-americano ou, na atualidade, dos capitalismo coreanos e chineses.

Apesar dessas diferentes experiências políticas, as cidades e os modos de vida continuaram com as mesmas estruturas herdadas dos governos imperialistas das invasões europeias. Embora os períodos de governos socialistas africanos na Tanzânia, Mali e Gana, nos anos 1960, tenham produzido significativas mudanças com relação ao uso do solo urbano, à educação e à saúde pública, mesmo assim não tiveram continuidade. Os governos socialistas marxistas de Angola, Moçambique e Etiópia tiveram uma longa duração, mas não produziram grandes modificações sobre a estrutura urbana, nem conseguiram resultados que prometessem uma diferença positiva com relação os governos capitalistas. Na atualidade, um grande complicador para as estruturas urbanas de diversos países africanos é a agressividade do capitalismo chinês, que produz grande número de construções sem qualidade dos materiais e dos projetos, sem a utilização dos recursos locais e sem o emprego da mão de obra local. Os governos dos países que negociam com os chineses têm interesse nessas negociações porque pagam os investimentos com a exploração pelos chineses dos recursos naturais africanos. Atualmente, o urbanismo africano, de um modo geral, se encontra à procura de novos modelos conceituais (AMMANN; FÖRSTER, 2018).

Os modelos africanos e os acertos internos são fundamentais para qualquer saída das nações africanas. Também tudo indica que muitas nações sofrerão ajustes territoriais, povos proclamarão independências regionais e os mapas africanos sofrerão acertos e reacertos devido à configuração territorial atual ser resultado, em muito, das configurações impostas depois do tratado de Berlim de 1890. Recentemente houve a divisão do Sudão em dois estados, as populações tuaregues reclamam um estado, o Marrocos tem contestações internas, as relações entre islâmicos e não islâmicos

conturba o Quênia e desequilibra os partidos políticos na Guiné Bissau. As configurações territoriais obedecem às riquezas do subsolo, equilibram e desequilibram governos baseados em interesses internos e externos de controle das riquezas do continente africano.

Conclusões

No artigo enfocamos a história de um longo percurso para consolidação e apresentação oficial de dentro de um programa regular da disciplina que trata do urbanismo africano na perspectiva de 6000 anos. Não apresentamos o emaranhado de rejeições, arquivamento de propostas sem respostas, não aceitação de artigos e os muitos obstáculos que implicam a admissão das quebras de paradigmas e da aceitação das formas não hegemônicas da produção da ciência no Brasil. As hegemonias eurocêntricas e brancocêntricas estabelecem organizações formais e principalmente as informais que solapam a definição e o uso das novidades científicas em se tratando dos conhecimentos fora dos consensos estabelecidos, em particular relativos aos conhecimentos sobre história e cultura africanas. Reflexo dessa rejeição elaborada e estruturada no terreno do conhecimento científico é que a lei 10.639/2003, sobre a obrigatoriedade da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, não é obedecida (BRASIL, 2003).

As correntes do pan-africanismo são diversas e classificá-las seria uma tarefa difícil, tal como também é fazer uma classificação das correntes da filosofia africana.

Esse artigo reafirma a conexão militante com o pan-africanismo e com os legados da filosofia africana na linha de Theophilo Obenga. Essas perspectivas resultaram na proposição da disciplina sobre cidades e urbanismo africano apresentada neste artigo. Essa reafirmação é refletida na utilização da complexidade africana na elaboração da pesquisa sobre as cidades africanas e na consolidação da disciplina.

Em meio à cronologia histórica da elaboração e implantação da disciplina em questão também são apresentados os conceitos e as suas justificativas, terminando pela apresentação das ementas em forma de períodos históricos.



Referências

- ABU-LUGHOD, Janet. **Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350**. New York: Oxford University Press, 1989.
- AMSELLE, Jean-Loup. **Logiques métisses: Antropologia de l'identité en Afrique et ailleurs**. Paris: Payot, 1990.
- AMMANN, Carole; FÖRSTER, Till, (Eds.). **African Cities and the Development Conundrum**. International Development Policy Series, No.10 (Geneva, Boston: Graduate Institute Publications, Brill-Nijhoff). 2018.
- BASSONG, Mbog. **Esthetica da L'art Africain: Symbolique et Complexité**. Paris: L'Harmattan, 2007.
- BASSONG, Mbog. **La méthode de la philosophie africaine: de l'expression de la pensée complexe en Afrique noire**. Paris: L'Harmattan, 2007b.
- BENEVOLO, Leonardo. **"A cidade na história"**. Editora Perspectiva. 1999.
- BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BENEVOLO, Leonardo. **As Origens da Urbanística Moderna**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- BERNAL, Martin. **Black Athena: The Afroasiatic Roots of classical civilization. Vol 1: The fabrication of Ancient Greece, 1785-1985**. London: Free Association Books, 1987.
- BEZERRA, Débora Andrade Pamplona. **O movimento Rastafári: da Jamaica para identidade e cultura em Fortaleza**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2012.
- BITTENCOURT, Marcelo. Partilha, resistência e colonialismo. In: BELLUCCI, Beluce. (org.). **Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos - UCAM/CCBB, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira», e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; Casa Civil, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20/01/2021.
- CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CLIMACO, Joana Campos. **Alexandria dos anti-gos: entre a polemica e os encantamentos**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2013.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Urbanismo africano: da antiguidade aos dias atuais. In: HENRIQUES, Flávio Chedid; ADDOR, Felipe; MALINA, André; ALVEAR, Celso Alexandre Souza de (Org.). **Tecnologia para o desenvolvimento social: Diálogos Nides - UFRJ**. Marília: Lutas Anticapital, 2018.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. **Ementa da disciplina de Urbanismo Africano: 6000 anos construindo cidade**. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal da Bahia, 2019.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Urbanismo africano: 6000 mil anos construindo cidades (uma introdução ao tema). **Teias**, v. 21, n. 62, 2020, p. 371-382. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/48759>. Acesso em: 20/01/2021.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Se eu fosse ensinar filosofias africanas, eu as ensinaria como a hermenêutica do bem viver. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 225, 2020, p. 120-132. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/53061>. Acesso em: 20/01/2021.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Afroetnomatemática: da filosofia africana ao ensino de matemática pela arte. **Revista ABPN**, v. 9, n. 22, 2017, p.107-122. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/400>. Acesso em: 20/01/2021.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. NTU: Introdução ao pensamento filosófico Bantu. **Revista Educação em Debate**. v. 32, n. 59, 2010, p. 25-40. Disponível em: <http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/1060>. Acesso em: 13/08/2018



CUNHA JUNIOR, Henrique. Crítica ao pensamento das senzalas e da casa grande. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 150, 2013, p. 84-100. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21122>. Acesso em: 13/08/2018

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 166, 2015. p. 104-111. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/25365>. Acesso em: 13/08/2018

CUNHA JUNIOR, Henrique. Palestra do Seminário de Estudantes Negros Universitários - SENUN. Salvador - julho de 1992. (texto inédito - não publicado).

DEVEAUX, Jacques. Une carte de l'Afrique qui n'aurait pas connu la colonisation. **France Télévisions - Rédaction Afrique**. Publié le 27/05/2019. Disponível em: https://www.francetvinfo.fr/monde/afrique/une-carte-de-lafrique-qui-naurait-pas-connu-la-colonisation_3461135.html. Acesso em: 30 jul. 2019.

DAFAALLA, Samia. **Art and Industry. The Achievement of Meroe**. Expedition. Vol. 35. Num.2. 15-27. 1992.

DIOP, Cheikh Anta. **Nations nègres et cultures: De l'Antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique noire d'aujourd'hui**. Paris: Présence Africaine, 1955.

FAUVELLE, François-Xavier. L'afrocentrisme entre révisão de l'histoire et quête d'identité. **Les Temps Modernes**, v. 53, n. 600, 1998, p. 285-302.

FAY, Claude. **Car nous ne faisons qu'un. Identités, équivalences, homologues au Maasina (Mali)**. Cahiers des Sciences humaines, ORSTOM, 31 (2): 1995. 427-456.

FOUÉRÉ, Marie-Aude. **L'africanité à travers le prisme des relations à plaisanterie**.

Étude d'un essentialisme au long cours. **Cahiers d'Études africaines**, n. 184, 2006. p. 987-1012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etudesafricaines/15433>. Acesso em: 20/03/2020.

GLISANT, Edouard. **Le Discours antillais**. Paris: Gallimard, 1997.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOWARD, Ebenezer. **Garden Cities of Tomorrow**. Londres: Faber & Faber, 1946.

HULL, Richard W. **African Cities and Towns Before the European Conquest**. Norton & Company. 1977.

LE GOFF, Jacques. **Por Amor das Cidades**. Lisboa: Difel, 2000.

LEFEBVRE, Henry. **La Revolution Urbaine**. Paris: Éditions Galimard, 1970.

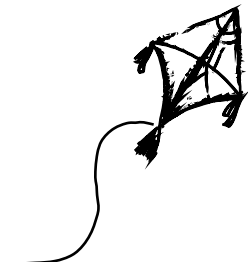
LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1982.

MAZRUI, Ali Al'amin. **The Africans: A Triple Heritage**. WETA-TV; BBC, 1986.

MENEZES, Marizilda dos Santos. **Novas Tecnologias da Informática e o Processo Projetual: um exemplo no Design de Calçados**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1998.

MENEZES, Marizilda; CUNHA JUNIOR, Henrique. Formas geométricas e estruturas fractais na cultura africana e afrodescendentes. In: BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações etno-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

MEOUAK, M. **Şaqāliba, eunuques et esclaves à la conquête du pouvoir**. Géographie et histoire des élites politiques "marginales" dans l'Espagne umayyade, Helsinki 2004 (Annales Academiæ Scientiarum Fennicæ 331), 156-207. 2004.



MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. 5.ed. São Paulo: Autêntica, 1999.

NJOH, A. Urban planning as a tool of power and social control in colonial Africa. **Planning Perspectives** - 24(3), pp. 301-317. 2009.

OBENGA, Théophile. **La philosophie africaine de la période pharaonique (2780-330 a. C.)**. Paris: L'Harmattan, 1990.

OBENGA . Theophilo. **Les Bantu, Langues-Peuples-Civilisations**, Paris: Présence Africaine, 1985.

RODNEY, Walter. **Como o Europeu Subdesenvolveu a África**. Lisboa: Editora Seara Nova, 1974.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. Lisboa: Cosmos, 1985.

ROTMAN, Youval, "**Byzantine Slavery and the Mediterranean World**". Cambridge, Massachusetts - London, Harvard University Press. 2009.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras. 1980.

SANTOS, Marlene Pereira dos; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Maat: conceito importante para introdução das filosofias africanas nas ciências humanas**. Belém: Anais do 7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA GT - 02. Afro- Americanidade no ensino de sociologia: contribuição e atravessamento nas praticas pedagógicas. 2021.

SERTIMAN, Ian. **They Came Before Columbus: The African Presence in Ancient America**. New York: Random House, 1977.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

VANDERVORT, Bruce. **Wars of Imperial Conquest in Africa, 1830-1914**. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

WALKER, Robin. **When We Ruled: The Ancient and Mediaeval History of Black Civilisations**. London: Black Classic Ed. 2011

